

**PROVA ESCRITA DE ACESSO AO ESTÁGIO DE ADVOCACIA**  
**ANO 2007**

**Pergunta n.º 1:**

Indique as normas legais que fundamentam as alegações

- A)** A celebrou com B um contrato em que este se obrigava a comprar e aquele a vender um apartamento em Coloane, pelo valor de 3 milhões de patacas. O contrato foi celebrado por escritura pública, declaração expressa e devidamente registado. Porque A não confiava na capacidade patrimonial de B o contrato apenas se realizou após D garantir o pagamento em caso de incumprimento de Bernardo.

No momento deste contrato B entregou a A 200 mil patacas, tendo recebido de imediato a chave da casa.

Por C ter proposto adquirir o mesmo apartamento por 3 milhões e 500 mil patacas, A celebrou também com ele um contrato pelo qual lhe transmitiu a propriedade do imóvel.

Quando teve conhecimento deste negócio E apressou-se a reclamar: reivindicava o facto de anos antes ter celebrado com A um contrato em que este lhe dava preferência numa eventual venda do apartamento; porque E lhe havia dado 50 mil patacas aquando da celebração deste contrato, exigia agora o apartamento.

***Quid Iuris?***

- B)** Qual a importância das garantias especiais das obrigações?

**Pergunta n.º 2:**

Indique as normas legais que fundamentam as alegações

- A)** Em 1 de Outubro de 2006, A escreveu a B propondo-lhe comprar o seu automóvel, devidamente identificado, pelo preço que este indicasse, a pronto ou em duas prestações consoante o montante pedido, desde que B respondesse, impreterivelmente, até 17 de Outubro desse ano.

Porque tinha muita urgência no automóvel, A esclarecia que se reservava o direito de mudar de ideias se, antes de 17 de Outubro, encontrasse quem lhe vendesse um outro carro, da mesma marca e modelo.

Assim que - em 4 de Outubro - B recebeu a carta, apressou-se a responder que vendia, pelo preço de 25 mil patacas pagos a pronto.

Mas, e apesar de ter em seu poder esta resposta, desde o dia 8 de Outubro, A comprou - no dia 9 - o carro a C, por 50 mil patacas não tendo sequer comunicado a B o sucedido.

B pretende saber quais são os direitos que lhe assistem, para o que pede a sua colaboração.

***Quid iuris?***

- B)** Responda a uma das seguintes questões:

1. O que entende por contratos de adesão.
2. Defina o princípio da liberdade contratual.

### **Pergunta n.º 3**

**A)** Lei e Wing, casados há 2 meses, celebraram com Leong um contrato-promessa de compra e venda, através do qual este prometia vender e aqueles prometiam comprar um apartamento situado na Taipa, pelo preço de MOP\$4.000.000,00 (quatro milhões de patacas).

Como sinal e princípio de pagamento entregaram os promitentes-compradores a quantia de MOP\$500.000,00 (Quinhentas mil patacas).

Sucedde, porém, que Leong não cumpriu com a sua obrigação contratual de marcação da escritura pública e, além disso, acabou por vender esse apartamento a Chan.

Perante esse facto e uma vez que Lei e Wing perderam o interesse no contrato-promessa, pretendem intentar uma acção judicial contra Leong pedindo a resolução do contrato e a devolução do sinal em dobro, ou seja, MOP\$1.000.000,00 (Um milhão de patacas).

- a) Que tipo de acção deve ser intentada, e qual a forma de processo?
- b) Imagine que Lei e Wing tomaram conhecimento de que, na pendência da acção, Leong tem vindo a vender grande parte do seu património uma vez que está bastante endividada e receia eventuais execuções futuras. Quid iuris?

### **Pergunta n.º 4:**

Fong e Chan casaram-se há 6 meses e residem na Taipa. Fong é um

empresário de diversão nocturna e em Outubro deslocou-se numa viagem de negócios a Pequim.

Perante a ausência do seu marido, Chan envolveu-se numa relação extraconjugal com Lee, amigo de longa data do casal, sendo que Fong veio a ter conhecimento desse facto durante uma discussão com Chan no princípio de Novembro.

Face a essa circunstância, Fong contactou um advogado para que seja instaurada a competente acção de divórcio litigioso.

- a) Identifique o tipo de acção a ser intentada em juízo.
- b) Qual o valor da acção e a respectiva forma de processo?
- c) Suponha que Fong pretende que Chan lhe pague uma indemnização no valor de MOP\$250.000,00 (Duzentas e cinquenta mil patacas) a título de danos morais. Perante esse facto alteraria a resposta dada na questão anterior?

**Pergunta n.º 5:**

Defina os princípios da legalidade e da culpabilidade em direito penal.

**Pergunta n.º 6**

No dia 4 de Setembro de 2007 A preencheu, assinou e entregou a B, a fim de liquidar uma dívida, o cheque No. 123456 sacado sobre o Banco C, no montante de MOP 51,000.00.

Apresentado a pagamento no dia seguinte, o mesmo foi devolvido com o fundamento de não ter a conta de A fundos suficientes para o seu pagamento, facto atestado pelo Banco através de um carimbo apostado no verso do referido

cheque.

... ..

1. Complete a minuta de acusação acima exposta com indicação do respectivo crime, da prova e da medida de coacção que, em sua opinião, deveria ser aplicada ao arguido.
2. Seria necessário que B se constituísse Assistente nos autos de Inquérito? Justifique.
3. Indique o formalismo legal tendente a constituição de B como assistente os autos.
4. Em que momento deverá B deduzir o pedido de indemnização cível e, *in casu*, qual o tribunal competente para o julgamento da causa?

#### **Pergunta n.º 7**

A sociedade “Excellent Food Company Limited”, com sede nos Estados Unidos da America, apresentou na Direcção dos Serviços de Economia, em 15 de Maio de 2001, um pedido de registo de Marca para a classe 29ª que tomou o número N/8999. A marca pretendida consiste na expressão “Excellent Food”. As duas palavras que compõem a marca são a designação comercial da requerente, e vêm sendo utilizadas como marca desde 1950. O registo desta Marca foi concedido em EUA nas classes 29ª e 30ª em 1952. Deve salientar que O EUA, tal como Macau, é país signatário da convenção da União de Paris sobre a Propriedade Industrial. E na data daquele pedido, não existe qualquer registo nem pedido pendente para marca semelhante em Macau.

Todavia, o registo desta marca foi recusado pelos Serviços de Economia de Macau, com o fundamento que a expressão descritiva dos produtos a que a marca se refere a qual pode induzir os consumidores em erro sobre a

qualidade dos produtos.

A sociedade propõe uma accção contra a decisão dos Serviços de Economia de Macau.

### ***Quid iuris?***

(Análise apenas as perspectivas substantivas do caso).

### **Pergunta n.º 8**

Abel e Bento pretendem constituir uma sociedade por quotas. Elaboraram um contrato da sociedade, nos termos do qual a sociedade utiliza-se a firma “Sociedade Comercial de Macau, Limitada”, e fixou um capital de 50 mil patacas, dividido em duas quotas iguais. Todavia, não foi mencionado no contrato qual é o objecto social.

1. Caso aquele contrato foi apresentado para o registo, qual é o efeito (designadamente, será o contrato válido e suficiente para o efeito de constituição da sociedade)?
2. Suponho que, o Abel só realizou um metade da entrada, e logo após o registo, o pai do Abel pretende reaver a parte da entrada realizada, alegando que o filho dele foi declarado interdito um ano antes de celebrar o contrato, ***Quid iuris?***

### **Pergunta n.º 9**

Defina o princípio de desburocratização em direito do procedimento administrativo.

### **Pergunta n.º 10**

A, sociedade que se constituiu em Macau e destina-se ao negócio de importação e exportação de vestuários, quando importou em dia 30 de Maio

de 2007, um lote de vestuários da China Continental para Macau, foi descoberto pela Alfândega de Macau que o número dos vestuários que realmente importou – 2500 caixas, não se correspondeu com o número preenchido na declaração de importação que A submeteu à Alfândega de Macau para esse efeito – 1500 caixas, razão pela qual, os produtos foram apreendidos imediatamente pela Alfândega de Macau.

Tendo em consideração que o assunto em questão é relativamente simples e as provas são evidentes e suficientes, o Director da Alfândega proferiu, com base no relatório elaborado por agente alfandegário, o despacho em 3 de Junho de 2007, declarando perdidos a favor da RAEM os vestuários não declarados – 1000 caixas, e aplicando à A multa em montante de MOP\$20,000.00. Este despacho foi notificado legalmente à A em 10 de Junho de 2007 com carta registada assinada pela A.

1. Caso não se conforme com este despacho do Director de Alfândega, quais meios de defesa a que A pode recorrer?
2. Quais são os fundamentos que A pode invocar na sua defesa?
3. Quando é que é o fim do prazo para cada tipo de defesa?

## 求取實習律師資格考試

2007 年

### 問題一．

回答問題時請指出所援引的法理依據

A) 甲與乙簽訂了一份合同，根據合同規定乙有義務購買及甲有義務出售一個位於路環的單位，作價為 MOP\$3,000,000.00。有關合同以公證書和明示聲明的方式作成，以及在簽署後作出登記。由於甲對乙的財政狀況不具信心，所以有關的合同僅在丁對乙履行合同作出擔保後才簽訂。在簽署合同的時候，乙支付予甲 MOP\$200,000.00，與此同時，乙亦立即收到有關單位的門匙。

由於丙向甲提議以 MOP\$3,500,000.00 的價格購買同一單位，甲因此亦與丙簽署一合同將有關單位的業權轉讓。

當戊得知甲將有關單位轉讓的事情之後，立即向甲主張有關單位的權利，因為多年前戊與甲簽訂一合同，通過此合同甲賦予戊在任何倘有的關於此單位的轉讓中享有優先權。由於戊在簽署有關合同時已支付予甲 MOP\$50,000.00，因此，現在戊要求取得有關單位。

請論述！

B) 債之特別擔保的重要性在於哪裡？

### 問題二．

回答問題時請指出所援引的法理依據

A) 於 2006 年 10 月 1 日，甲寫信給乙，信中甲提議購買乙的一部私家車，價格

由乙提出，關於私家車的資料甲在信中詳細地列明。有關的價金甲可以一次性支付又或分兩期支付，視乎乙所提出的售價多少而定。然而，乙必須於同年10月17日或之前作出回覆，不得延期。

由於甲迫切需要一部私家車，因此甲作出補充，表示倘若在10月17日之前有任何人士售予其同一牌子及同一款式的汽車，則保留改變主意的權利。

就這樣，乙在10月4日收到甲的來信，立即回覆甲表示其願意以MOP\$25,000.00及一次性付款的方式將有關私家車出售。

雖然甲在10月8日已收到乙的回覆，但甲在9號以MOP\$50,000.00的價格購入丙的汽車，而卻一直沒有將所發生的一切通知乙。

乙希望了解其所擁有的權利及對此請求閣下的協助。

**請論述！**

請回答以下其中一條問題：

1. 請說出閣下對加入合同 (CONTRATO DE ADESAO) 的理解。
2. 請解釋合同自由原則 (PRINCÍPIO DA LIBERDADE CONTRATUAL)。

### 問題三·

李及榮結婚已有兩個月，兩人與梁簽訂一承諾買賣合同，根據此承諾買賣合同，梁承諾將一位於氹仔的單位，以MOP\$4,000,000.00的價格賣予李及榮兩人，後者兩人亦承諾買入有關單位。

作為定金及首期，承諾買家支付了MOP\$500,000.00。

然而，梁於合同簽署後並未履行合同義務去指定一個時間用作簽署公證書，更甚者，最後更將有關單位賣給陳。

由於這個原因，以及因為李及榮認為繼續維持此承諾買賣合同對他們來說已無任何益處，所以兩人希望提起一司法訴訟針對梁，要求解除合同及雙倍返還定金，

即是 MOP\$1,000,000.00.

- a) 兩人應提起哪種類型的訴訟，以及應以何種訴訟方式進行？
- b) 假設在訴訟待決的過程中，李及榮得知梁將其絕大部份的財產變賣，一方面因為梁積欠很多債務，另一方面則擔心將來有可能出現的執行。請論述！

#### 問題四·

馮及陳結婚已有 6 個月，雙方居於氹仔。馮是一個經營夜間娛樂活動的商人，在 10 月馮到北京作了一次商務旅程。

在陳的丈夫外出公幹時，陳與李，夫婦雙方的一位多年好友，發生了一段婚外情，此情況僅於 11 月時，當馮與陳在一次爭吵時才由馮得知。

對此，馮聘用了一位律師以提起一訴訟離婚。

- a) 請指出應提出之訴訟類型；
- b) 本案的訴訟利益值為多少及有關的程序的形式是甚麼？
- c) 假設馮希望陳支付 MOP\$250,000.00 作為精神賠償，此事實會否對上述問題的答案構成改變？

#### 問題五·

請論述刑法的合法性原則 (Princípio da Legalidade) 及罪過原則 (Princípio da Culpaabilidade)。

#### 問題六·

在 2007 年 9 月 4 日，甲為要清償一筆債務，填寫及簽署一張由丙銀行承兌的支票，編號 123456，金額為 MOP\$51,000.00，並將之交予乙。

乙在第二天將有關支票交到銀行要求承兌，但承兌被銀行拒絕，理由為甲之銀行戶口沒有充足的存款去兌現支票，有關情況由銀行在支票背面蓋印予以證實。

... ..

- a) 請將上面的起訴書樣本完成並指出有關的罪狀，證據及根據 閣下的意見，應適用於嫌犯的強制措施。
- b) 乙是否有需要在調查的階段時申請成為輔助人？請解釋。
- c) 請指出乙申請成為輔助人的法律程序。
- d) 乙應該在甚麼時候提出民事賠償的請求及在此情況下，何種類型的法庭有職權審理案件？

#### 問題七·

於 2001 年 5 月 15 日，地址設於美國的“Excellent Food Company Limited”向澳門經濟局提交了一份商標登記的申請，憑條編號為 N/2009。該公司所申請的商標由“Excellent Food”兩個單詞構成，而所申請的組別為 29 組。該兩單詞從 1950 年起已經被用作商標，並且於 1952 年便在美國獲得商標登記，其組別為 29 及 30。還必須指出的是，美國和澳門一樣，都是保護知識產權的《巴黎公約》的成員。在“Excellent Food Company Limited”申請登記的時候，澳門並無與之類似的商標登記或登記申請。

然而，此一登記申請被澳門登記局拒絕了，其理由是該商標對產品的描述可能會使消費者對該產品的質量產生誤解。

針對該決定，上述公司因此向法院提起訴訟，Quid iuris?

(僅僅分析案件的實體方面)

#### 問題八·

阿寶與炳濤想成立一家有限公司，並為此擬定了一份成了公司的合同。按該合同，公司的名稱是“澳門商業有限公司”，而公司資本為五萬元澳門幣，分為兩股，每股數額相等。然而，公司合同並沒有載明其宗旨是甚麼。

- a) 假設該合同被送往登記，其效力如何（換言之，該合同是否有效及足以作為成立公司的依據）？
- b) 又假設，阿寶僅僅繳付了一半的股本，而在登記之後，阿寶的父親又提出阿寶在簽定合同之前的一年已經被宣告為禁治產，因而想取回阿寶所繳付的股本，*Quid Iuris?*

#### 問題九·

請論述行政程序法的非官僚化原則。

#### 問題十·

甲為一間澳門成立的，專門從事成衣出入口生意的公司，於2007年5月30日，當甲從內地進口一批成衣的時候，在澳門海關被發現，報關清單中所載的成衣入口數量 - 1500箱，與實際數量並不相符 - 2500箱。基於此，所有貨物被澳門海關即時押留。

由於澳門海關關長認為案件相對簡單，而且證據充分，所以於2007年6月10日，根據關員的報告作出批示，決定沒收1000箱未有報關的貨物及對甲處以MOP\$20,000.00罰款。上指的決定合法地在2007年6月20日對甲作出通知，由甲簽收作實。

- a) 倘對上指海關關長的批示不服，甲可以通過哪幾種方式提出反對？
- b) 請指出有關反對的法理依據。
- c) 請計算出進行上條所指的行為的期限？